

CONFIGURAÇÃO INTERDISCURSIVA DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA BRASILEIRO

INTERDISCURSIVE CONFIGURATION OF COOPERATIVE MOVEMENT IN BRAZIL

Oriana de Nadai Fulaneti¹

RESUMO: O presente trabalho possui dois objetivos complementares. De um lado, realizar uma análise semiótica sob a perspectiva do interdiscurso; de outro, estudar a estrutura e o funcionamento do discurso e da prática discursiva das duas principais correntes cooperativistas existentes no Brasil atualmente, a Economia Solidária e o Cooperativismo Oficial, e verificar a relação interdiscursiva que está na base de sua constituição. Para isso, analisamos alguns textos doutrinários desses dois movimentos, que socialmente travam diferentes tipos de embate, inclusive o discursivo. Os resultados mostram que um discurso é o avesso do outro. Assim, enquanto o Cooperativismo Oficial enfatiza o sucesso econômico e mantém relações de continuidade com o discurso das empresas capitalistas; a Economia Solidária adota a perspectiva do combate à desigualdade social, estabelecendo uma relação de descontinuidade com o discurso capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Semiótica francesa; Interdiscurso; Cooperativismo Brasileiro.

ABSTRACT: The current study has two complementary aims. On the one hand, it was to develop a semiotic analysis under a perspective of the interdiscourse; on the other hand, it was to study the structure and functioning of the discourse and the discursive practice of the two most important cooperative currents in Brazil nowadays, the Solidarity Economy and the Official Cooperativism and verify the interdiscursive relationship which is at the basis of its constitution. For this, it was analyzed some doctrinal texts of both movements, which socially have different kinds of conflicts, including the discursive. The results have shown that a discourse is the opposite of the other. Therefore, while the Official Cooperativism emphasizes economic success and keeps relationships with the discourse of capitalist companies, the Solidarity Economy adopts the point of view of fighting against social inequalities, establishing a discontinuous relationship with the capitalist discourse.

KEYWORDS: French Semiotics; Interdiscourse; Brazilian Cooperativism.

¹ Professora de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba. od.fulaneti@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

A cooperação como forma de ajuda mútua esteve sempre presente ao longo da história da humanidade, porém, o cooperativismo organizado assim como o conhecemos hoje surge na Inglaterra um pouco depois da Revolução Industrial, como reação à precarização das condições de vida provocada pela implementação das máquinas e da organização fabril. A partir da Inglaterra o cooperativismo se espalha pela Europa e depois pelos outros continentes, chegando ao Brasil no final do século XIX. Entretanto, do ponto de vista institucional, esse movimento ganha representatividade oficial apenas em 1969, com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), representada nos estados pela Organização das Cooperativas Estaduais (OCEs). Nesse primeiro momento as cooperativas eram essencialmente agrícolas.

As transformações socioeconômicas ocorridas mundialmente a partir do início da década de 80, como a globalização da economia, a reestruturação produtiva, a privatização das empresas públicas etc., atingiram o Brasil, principalmente na década de 90, agravando o problema do desemprego, que se tornou, naquele momento, a maior preocupação dos brasileiros. Diante disso, as cooperativas passam a ser vistas como uma importante solução para o desemprego, havendo um significativo aumento desses empreendimentos.

O salto das cooperativas vem acompanhado do surgimento de instituições que têm como objetivo central a busca de alternativas para a geração de trabalho e renda, ligadas aos mais diversos setores da sociedade, como as universidades, a igreja, as organizações não-governamentais, os movimentos sociais etc. Essas instituições, juntamente com outras não mencionadas, além de alguns empreendimentos cooperativos e parte do poder público reúnem-se em um movimento chamado Economia Solidária, também conhecido como novo cooperativismo, pois se reivindica uma oposição ao cooperativismo dirigido pela OCB. A Economia Solidária busca uma nova alternativa para superar o capitalismo por intermédio da solidariedade, substituindo a competição pela cooperação. Esse movimento cresce e ganha forças no final da década de 90, conquistando espaço na cena política nacional, o que se consolida com a criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e dirigida inicialmente pelo economista Paul Singer.

O crescimento das cooperativas provocou também um fortalecimento do movimento ligado à OCB, que ampliou sua atuação, antes mais focada nas cooperativas agrícolas, e agregou novos aliados, como é o caso do Serviço de Apoio às micro e Pequenas Empresas

(SEBRAE), o qual passa a incentivar e auxiliar a formação de cooperativas, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), criado em 1998 com o objetivo de desenvolver capacitação, assessoria e promoção social das cooperativas. As instituições oficiais do cooperativismo, juntamente com os órgãos do sistema *S* (Sebrae, Sescoop), parte do poder público e grande parcela das cooperativas legalizadas constituem um movimento chamado Movimento Cooperativo Brasileiro, também conhecido como Cooperativismo Oficial.

Como foi dito anteriormente, até a década de 90 os principais disseminadores do cooperativismo no Brasil estavam ligados aos órgãos oficiais (OCB, OCEs), que funcionavam como um paradigma para todos os cooperativistas. Com o surgimento da Economia Solidária, o Cooperativismo Oficial sente-se ameaçado; assim, entre o paradigma e as ameaças, desenvolvem-se os discursos cooperativistas brasileiros. Nossa hipótese é a de que esses movimentos estabelecem uma relação polêmica, encontrando-se um na mira do outro, tanto do ponto de vista discursivo quanto das práticas institucionais. Diante disso, o objetivo é mostrar como essa disputa social e institucional se manifesta no discurso. Desse modo, poderemos trazer contribuições para a maior compreensão da interdiscursividade, das complexidades do movimento pró-cooperativismo no Brasil e de um momento de nossa história política e econômica.

Voltando-se para o primeiro objetivo, estabelecemos um diálogo teórico-metodológico entre a semiótica discursiva e a análise do discurso francesa para abordar a questão da interdiscursividade. Para a realização das análises, focadas no interdiscurso, selecionamos as publicações consideradas mais representativas das instituições de fomento do cooperativismo oficial e da economia solidária, cuja lista segue anexa².

Vale destacar que, como sabemos, as instituições de fomento do cooperativismo são muitas e possuem diferentes realidades, o que implica em discursos com características distintas. No entanto, as divergências internas de cada discurso não serão aqui consideradas, pois o que interessa nesta pesquisa é a totalidade Economia Solidária e a totalidade Cooperativismo Oficial, reveladas pelas *regularidades* nos textos produzidos no interior de cada movimento.

² Vale destacar que estamos pretendendo depreender os momentos iniciais da configuração discursiva da Economia Solidária no Brasil (final da década de 90, início dos anos 2000) e, conseqüentemente, sua constituição interdiscursiva em relação ao Cooperativismo Oficial. Assim, não estamos estudando o discurso desses movimentos nos dias de hoje.

Após essas informações prévias acerca dos movimentos cooperativistas, faremos a apresentação dos conceitos teóricos chave para o desenvolvimento de nosso estudo, à qual se seguirão a análise e as considerações finais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERDISCURSIVIDADE

Como já mencionado, para realizar a análise, pretende-se estabelecer um diálogo teórico-metodológico entre a Semiótica discursiva e a análise do discurso francesa, principalmente a perspectiva de Dominique Maingueneau.

A Semiótica entende que as teorias devem delimitar o seu objeto, fazendo recortes. Trata-se de uma teoria que enfatiza o estudo dos mecanismos *internos* de construção do sentido, tendo, no entanto, sempre presente o postulado de que os sentidos são produtos históricos e de que a significação é um processo que se dá na História. A articulação entre o *interior* e o *exterior* do texto encontra espaço para se desenvolver na Semiótica, principalmente após a incorporação das teorias da enunciação de Benveniste. Muitos semioticistas brasileiros têm trabalhado nessa perspectiva, entre os quais destaca-se Barros, que afirma:

(...) acredita-se, finalmente, que tal modelo permita, pela mediação da enunciação, articular o discurso com suas condições de produção. Ao conceber um sistema de regras capaz de explicar, com os mesmos princípios epistemo-metodológicos, tanto as estruturas narrativas quanto as discursivas, a semiótica deu já os primeiros passos para a construção de um modelo que, sem abandonar a análise do texto, examine também a inserção do contexto. Pretende-se, portanto, fazer o projeto avançar nessa direção, sem contradições teóricas, pois a enunciação, que se tomará como elemento mediador entre formações discursivas e sociais, tem já lugar na proposta semiótica (BARROS, 2001, p 13).

Nessa perspectiva, alguns desdobramentos mais recentes da semiótica francesa, como os estudos sobre interação de Landowski (2005) e a abordagem das práticas semióticas de Fontanille (2005; 2008), ao propor uma análise que enfatize a relação com o outro e com o meio, evidenciam mais as relações interdiscursivas.

Na Análise do Discurso Francesa, a questão da heterogeneidade ganha destaque com os estudos de Jacqueline Authier-Revuz (1982). A autora busca no dialogismo de Bakhtin e no “outro” da psicanálise sustentáculos para desenvolver reflexões e sistematizar, da

perspectiva da linguagem, as formas de presença do outro no discurso, dividindo a heterogeneidade em mostrada e constitutiva.

Dominique Maingueneau (1984), também filiado à Análise do Discurso Francesa e tomando como ponto de partida os trabalhos de Bakhtin e Authier-Revuz, debruça-se sobre a questão da interdiscursividade, num esforço de articular teoricamente o *interior* e o *exterior* do discurso. Em sua obra, o analista de discurso francês, já no primeiro capítulo apresenta o que chama de *primado do interdiscurso*, defendendo, assim, a *heterogeneidade constitutiva*. De acordo com essa perspectiva, que é adotada pelo autor, o discurso não se constitui isoladamente para, em seguida, ser colocado em relação com outros, sua constituição se dá no interior de um espaço com vários outros discursos, isto é, heterogeneamente. A identidade do discurso estrutura-se, então, por meio da relação interdiscursiva, isso faz com que a unidade de análise pertinente deixe de ser o discurso e passe a ser um espaço de trocas de diversos discursos, o interdiscurso.

Maingueneau, para discutir a questão da interdiscursividade, desdobra o termo interdiscurso em três outros: universo, campo e espaço discursivos. Denomina-se universo discursivo o conjunto de formações discursivas de todos os tipos presentes em uma dada conjuntura. Esse universo funciona como um horizonte, um pano de fundo para o analista, não servindo como objeto de análise devido a sua amplitude. Entende-se por campo discursivo o conjunto de formações discursivas de uma região delimitada no universo que se encontram em concorrência. Concorrência é visto pelo autor não apenas como afrontamento aberto, mas também aliança, neutralidade etc., entre discursos que possuem a mesma função social e divergem no modo de preenchê-la. É no interior do campo que os discursos se constituem, influenciando-se mutuamente. Espaço discursivo corresponde a um subconjunto de formações discursivas isolado dentro do campo, cuja relação tem pertinência para a análise. (Cf. Maingueneau, [1984] 2005, p. 35-41)³.

O autor francês afirma que o espaço discursivo possui um caráter duplo: de um lado, pode ser visto como um modelo assimétrico que permite descrever a constituição de um discurso, de outro, trata-se de um modelo simétrico de interações entre dois discursos, onde o Outro representa sempre uma parte do Mesmo. A delimitação de um espaço discursivo não é óbvia, partindo, normalmente de hipóteses fundamentadas em um conhecimento prévio dos textos e num saber histórico, podendo vir ou não a ser confirmada (Maingueneau, 2005, p. 39-41).

³ A obra original, *Genèse du discours*, é de 1984. Entretanto, neste trabalho, estamos usando como referência a tradução brasileira de Sírio Possenti (2005).

Para a realização de uma análise interdiscursiva, Maingueneau propõe uma semântica global, abordando todos os planos que integram a enunciação e o enunciado. A proposta da semântica global não constitui um modelo de análise, apenas ilustra a variedade de dimensões presentes na construção do sentido interdiscursivo, como a intertextualidade, o vocabulário, o tema, o estatuto do enunciador e do destinatário, a dêixis enunciativa, os modos de enunciação e coesão etc. (Maingueneau, 2005, p. 79-102). Consideramos que existe uma série de semelhanças entre as propostas de análise de Maingueneau e as da semiótica greimasiana, principalmente no nível discursivo, como as projeções das categorias de pessoa, tempo e espaço, a relação entre enunciador-enunciatário, os percursos temáticos, as isotopias, o desenvolvimento do ator da enunciação, a apreensão do *ethos* etc. A diferença, no entanto, é que para Maingueneau a unidade pertinente de análise é o interdiscurso.

A preocupação em articular o exterior e o interior do texto leva Maingueneau a introduzir na semântica global a noção de prática discursiva, segundo a qual a construção do sentido extrapola o discurso e envolve também o seu entorno, principalmente por meio das relações institucionais, como revela a passagem a seguir: “De fato, e este é um ponto crucial, a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 125 – grifo no original).

A semiótica greimasiana descreveu uma série de mecanismos de agenciamento do sentido do texto, que é a totalidade sobre a qual se debruça. Muitos deles foram utilizados por Maingueneau. Nossa proposta metodológica para este trabalho consiste em colocar a semiótica numa perspectiva interdiscursiva, mostrando que a presença do Outro no discurso do Mesmo manifesta-se em cada um dos níveis do Percurso Gerativo do Sentido, não apenas no nível discursivo, pois, como afirma Greimas: “[...] todas as categorias, mesmo as mais abstratas (incluindo-se as estruturas sintáticas), são de natureza semântica e, por isso, significantes[...].” (GREIMAS; COURTÉS, s.d, 207)

A verificação de nossa hipótese, ou seja, de que o discurso da Economia Solidária se constitui em oposição ao do Cooperativismo Oficial, será feita por meio da apreensão das relações interdiscursivas que se estabelecem nos níveis fundamental, narrativo e discursivo. Nossa hipótese é que o mesmo princípio que rege a construção de cada nível do percurso é dado pelo interdiscurso. Assim, por exemplo, no nível fundamental, a categoria S1 vs S2, de um dado eixo semântico é comum a um espaço discursivo, mas os diferentes discursos dentro dele valorizam diversamente os termos da oposição.

Estamos conscientes das dificuldades e dos perigos de aproximar elementos provindos de quadros teóricos distintos. Mas, por que aproximar essas duas propostas teóricas? Porque nossa leitura da obra de Maingueneau indica que seu fulcro não é a análise dos procedimentos linguístico-semióticos de constituição do discurso, mas o exame de seu modo de funcionamento real, isto é, sua constitutividade heterogênea. Por isso, o centro da proposta do autor é o primado do interdiscurso. É isso que lhe permite, no capítulo intitulado Semântica Global do livro *Gênese dos discursos*, analisar diferentes dimensões, estudadas por diferentes quadros teóricos. Por exemplo, a) a intertextualidade, noção desenvolvida por Kristeva e Genette, entre outros; b) o modo de coesão, tema da Linguística Textual (evidentemente, nesse caso, Maingueneau alargou e aprofundou bastante o alcance do conceito); c) o *ethos*, noção desenvolvida na Retórica Clássica. Poderíamos continuar... O importante é que, na obra do estudioso francês, todos esses mecanismos são estudados sob o primado do interdiscurso. O que pretendemos fazer é, pois, examinar o percurso gerativo do sentido, proposto por Greimas, à luz dessa perspectiva. Vale ressaltar que se trata apenas de um exercício de análise que busca mostrar se os diferentes níveis do percurso gerativo do sentido se constituem interdiscursivamente. Não se trata, portanto, de uma re colocação teórico-metodológica da Semiótica. Vamos apenas verificar se é funcional realizar uma análise semiótica com base no primado do interdiscurso.

ANÁLISE DOS DISCURSOS DO COOPERATIVISMO OFICIAL E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para selecionar o *corpus* de nossa pesquisa, foram realizadas visitas às instituições, o que contribuiu para uma maior compreensão dos discursos. No caso do Cooperativismo Oficial, a seleção das entidades não colocou problemas, visto que se trata de um sistema de representação única; visitamos, então a OCB, a Ocesp e o Sescop. Já na Economia Solidária, a escolha das instituições foi mais difícil, pois o movimento é plurirrepresentativo. Optamos pelas entidades participantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, por considerá-lo um espaço bastante legítimo desse movimento. Foram visitadas as seguintes organizações: Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT); Confederação Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (Concrab/MST); Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs); Rede de

Incubadoras Universitárias; Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho).

Percorrendo o discurso do Cooperativismo Oficial e o da Economia Solidária, percebemos que eles discorrem sobre muitos temas comuns e outros totalmente distintos. Consideramos importante analisar os textos que tratam dos mesmos temas, para, a partir da semelhança, depreender as diferenças. Escolhemos, então, o assunto que mais se repetia nos dois discursos, as noções de cooperativismo e de cooperativa. Além desse assunto, analisaremos também a prática discursiva (Maingueneau: 2005, p.125-143), conceito que exporemos adiante e que nos pareceu altamente frutífero para a proposta de estudar o discurso associado às práticas institucionais dos grupos.

SOBRE AS CONCEPÇÕES DE COOPERATIVA E DE COOPERATIVISMO

Embora todo o material listado anexo tenha sido consultado para a realização da análise, selecionamos a seguir alguns excertos considerados mais representativos de cada um dos discursos estudados.

Cooperativismo Oficial

1. Apesar de ter características diferentes em relação à empresa de capital, no que diz respeito à administração dos negócios propriamente dita, **pode-se afirmar que a cooperativa é semelhante a esta** (PANZUTTI et.al, 2000, p.37-38).
2. Como definir o **empresário cooperativo**? Com segurança este não será idêntico ao empresário capitalista, mas terá **as mesmas aspirações ou expectativas do empresário capitalista** (PANZUTTI, 2001, p. 124).
3. A profissionalização na administração das cooperativas, contempladas no artigo 48 da Le 5.764/71, é hoje uma necessidade, e isso **amplia suas semelhanças com as empresas capitalistas**. (PANZUTTI et.al, 2000, p. 36-37)

Economia Solidária

4. A cooperativa é uma empresa **socialista**. Todos os seus princípios são **totalmente diferentes dos princípios da empresa capitalista. Não é uma diferença de detalhes**. Esse é nosso grande desafio: dar a volta por cima, **transformar** a crise do trabalho numa oportunidade de desenvolver um tipo de organização de trabalho **anticapitalista, democrática e igualitária**. (SINGER, 2000, p. 11, grifo nosso).
5. [...] o cooperativismo (...) é, antes de tudo, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que procura **construir uma nova**

maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro, na ajuda mútua e não na concorrência e competição, nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro... (VEIGA, 2001, p.17, grifo nosso).

6. Por seu turno, o trabalhador autogestor precisa ampliar a sua visão sobre o mundo do trabalho, criando um **novo papel** para si e para a cooperativa a qual está associado, consolidando **o significado do novo conceito** de “aprender a ser trabalhador-dono” de uma empresa de autogestão. (ITCP-USP, 2001, p. 111-112, grifo nosso).

O discurso do Cooperativismo Oficial concebe a cooperativa como uma empresa do futuro, isto é, uma versão moderna da empresa capitalista. Nesse sentido, ao longo dos textos encontram-se diversas passagens que enfatizam a semelhança entre a cooperativa e a empresa capitalista, como apontam os seguintes trechos: semelhante a esta (ex.2), mesmas aspirações ou expectativas do empresário capitalista (ex.3), amplia suas semelhanças com as empresas capitalistas (ex.4).

Esse discurso não apresenta críticas ao sistema vigente. Ao contrário, com certa frequência, observam-se citações de leis atualmente existentes para reforçar a autoridade dos argumentos expostos e os textos elegem o *sucesso econômico* como um objetivo a ser atingido, elementos que revelam certa consonância com os valores capitalistas.

De modo distinto, o discurso da Economia Solidária funda-se como uma proposta de algo novo, que pretende romper com o sistema capitalista, o que fica visível ao longo dos textos pela grande quantidade de expressões que indicam mudança – totalmente diferente (ex.4), nova maneira (ex.5), novo papel (ex.6).

Há nessa configuração discursiva uma aproximação entre a cooperativa e o empreendimento socialista, com ênfase na defesa de valores (uma filosofia do homem na sociedade em que vive, ex.5) como democracia, igualdade, liberdade, sintetizados na maioria das vezes pelo termo *solidariedade*. De modo complementar, a Economia Solidária enfatiza as diferenças entre a cooperativa e as empresas capitalistas.

Em âmbito mais amplo, o discurso da Economia solidária explora a oposição entre a sociedade capitalista, rejeitada, e a sociedade socialista, desejada. Tal oposição encontra-se marcada em diversas formulações que negam valores atribuídos ao capitalismo, como se pode observar no exemplo 5. Reforçando a polêmica com o adversário, a Economia Solidária atribui ao Cooperativismo Oficial os valores do capitalismo, reivindicando para si valores do socialismo, ou, pelo menos, valores diferentes daqueles do capitalismo.

O diálogo com o discurso do Cooperativismo Oficial pode ser observado também no exemplo 4, no qual o enunciador da Economia Solidária, ao discorrer sobre a diferença entre a empresa capitalista e a cooperativa, afirma: “*não é uma diferença de detalhes*”. Com essa afirmação, o sujeito polemiza com os textos do adversário, que minimizam a diferença entre os dois tipos de empreendimento.

A análise da concepção da cooperativa revela uma diferença entre os valores essenciais de cada discurso (sucesso econômico x solidariedade). Essa diferença encontra-se subjacente a todas as demais diferenças existentes entre os dois discursos. Trata-se, portanto, de duas visões distintas sobre o sentido e a função da cooperativa.

ESTILOS ENUNCIATIVOS

A abordagem da relação entre enunciador e enunciatário e das formas de conquista da adesão revela também diferentes estratégias nos discursos analisados. O enunciador do Cooperativismo Oficial dirige-se a seu enunciatário colocando-se no lugar de um sujeito que conhece tecnicamente o assunto e não precisa conquistar esse sujeito, apenas ensiná-lo a abrir e administrar corretamente uma cooperativa. Trata-se de um discurso que se legitima pela legalidade, recorrendo frequentemente à citação de leis. O enunciador coloca-se no lugar de uma autoridade que aconselha, investindo na doação de competências. A essência da transmissão de saber é concreta, objetiva, apontando os passos que devem ser seguidos para se atingir o sucesso empresarial. A imagem do enunciador é a de um gerente, um sujeito que tem conhecimento administrativo e legal, e age com objetividade e eficiência. Diríamos que o tom é oficial e empresarial.

No discurso da Economia Solidária, a essência da persuasão está nos valores, o que torna o discurso mais abstrato. Há um investimento no novo, no que está em construção. A estratégia de conquista do enunciatário realiza-se pelo simulacro daquilo que é diferenciado. O saber é visto como um valor e o enunciador porta-se como alguém que sabe. No entanto, ele possui um *dever-fazer*, dever transformar a sociedade, é um militante e pretende levar o enunciatário a tornar-se um militante também. Por isso, diríamos que o tom é professoral militante.

UMA RELAÇÃO POLÊMICA

Em alguns documentos, verifica-se uma polêmica discursiva explícita, na qual um movimento cita o outro, tecendo-lhe acusações diretas. Consideramos significativas as seguintes passagens:

7. Pode-se notar que os conceitos de Economia Social e de Economia Solidária, apesar de próximos em algumas situações, denotam idéias de cooperação totalmente diferentes no Brasil. **As cooperativas da Economia Social são um movimento em que a neutralidade política é respeitada como princípio e em que os mercados são parte integrante da eficiência econômica que será responsável pela eficácia social dessas organizações. No conceito de Economia Solidária, frequentemente não prevalece a lógica de mercado e há forte instrumental de luta política,** e assim conceituam organizações cuja gestão pode ter um objetivo exclusivo de solidariedade e diferente dos objetivos econômicos e de mercado para os quais a cooperativa poderá ter sido também inicialmente formada. (OCB, 2004: 5, grifo nosso)

8. Talvez a razão disso [da degeneração do cooperativismo] seja justamente que o **cooperativismo tradicional já se teria instalado nos limites permitidos pelo sistema do capital mundial,** seja no espaço interno, seja no internacional, e não se sinta desafiado a inovar para além deste sistema. (ARRUDA, 1996, p. 35, grifo nosso).

O sétimo exemplo encontra-se no material utilizado em um seminário do cooperativismo oficial cujo tema foi *Cooperativismo é Economia Social. Fortalecendo a identidade cooperativa*. Esse tema deixa claro um movimento de reação do Cooperativismo Oficial para preservar sua identidade, ameaçada pela Economia Solidária. É interessante observar a aproximação do cooperativismo à noção de Economia Social, que possui as mesmas iniciais de Economia Solidária, e, assim como esta, expande sua abordagem para questões econômicas como um todo, não se restringindo apenas a empreendimentos cooperativos.

Se por um lado, o sétimo exemplo revela um movimento de aproximação do discurso do Cooperativismo Oficial em direção ao da Economia Solidária, por outro, este também mostra um distanciamento entre os dois discursos, concretizado na explicitação das diferenças. O enunciador do Cooperativismo Oficial, na posição de autoridade, analisa o rival e pontua seus problemas: falta de eficiência, de objetividade, cooperativas a favor de política e não de economia.

No exemplo oito, a Economia Solidária tece suas críticas diretas ao Cooperativismo Oficial, acusando-o enfaticamente de burocratizado, degenerado e capitalista. Nesse sentido, ao longo dos textos, na busca de se diferenciar do adversário, o discurso da Economia Solidária se autodenomina *novo cooperativismo*, *cooperativismo alternativo*, *cooperativismo popular* etc.

As críticas explícitas trocadas entre os movimentos, apesar de não surgirem com frequência no material estudado, são importantes índices da polêmica discursiva existente entre os discursos da Economia Solidária e do Cooperativismo Oficial.

PARA ALÉM DO DISCURSO: A PRÁTICA DISCURSIVA

Dominique Maingueneau, no quinto capítulo de sua obra *Gênese dos discursos*, mostra que o sentido do discurso extrapola a noção de texto, envolvendo também elementos do seu *entorno*, e propõe a redefinição do que havia considerado objeto de análise até então:

Essa reorientação de conjunto nos leva a remodelar a noção de discurso. No início, nós o concebemos como permanecendo na órbita da estrita textualidade. Agora, somos deslocados em direção a seu “ambiente”, para fazer aparecer uma imbricação semântica irreduzível entre aspectos textuais e não textuais. Seria melhor, pois, definir o nosso objeto não como o discurso mas como a *prática discursiva* (...). (MAINGUENEAU, 2005, p. 143).

Entre os elementos constitutivos da prática discursiva encontram-se as realidades institucionais, as condições de produção, difusão e consumo etc. Julgamos essa noção bastante relevante para a nossa pesquisa, pois as formações discursivas que estamos estudando se originam de movimentos pró-cooperativismo distintos, cada um com suas instituições e seu modo de organização próprios, o que certamente influencia na constituição do sentido desses discursos.

A origem da disputa entre os dois discursos reside na função social: fomento e representação do cooperativismo no Brasil; é esse o maior espaço de disputa e também a fonte de semelhança entre os dois movimentos. Institucionalmente, Economia Solidária e Cooperativismo Oficial realizam projetos de fomento de cooperativas em muitos governos estaduais e municipais. Às vezes, um ocupa uma pasta no Ministério da Agricultura, outro, no Trabalho, como no caso da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outro estaco institucional ocupado pelos dois grupos é a universidade, considerada estratégica para a

expansão de ambos os movimentos. Há também, evidentemente, a disputa pelas cooperativas e pelos cooperados.

A primeira diferença notável refere-se à forma como os movimentos encontram-se organizados. A Economia Solidária pretende-se um movimento plurirrepresentativo, organizando-se em fóruns. Suas publicações são, em sua maioria, feitas pelas instituições do movimento. Assim, de acordo com a(s) entidade(s) responsável(eis) pela publicação, a qualidade física do material se altera, podendo variar desde uma apostila xerocada até um livro com belas ilustrações. O modo de difusão também varia de uma instituição para outra. Com isso, as publicações apresentam qualidade editorial e meio de difusão bastante desigual, o que confere certa heterogeneidade às obras do movimento.

Já o Cooperativismo Oficial possui uma representação única, a Organização das Cooperativas do Brasil, com suas representações estaduais. Sua estrutura de funcionamento encontra-se muito bem definida e se aproxima de uma empresa, com diversas gerências e departamentos. Toda essa estrutura possibilita que o suporte de suas obras seja sempre de boa qualidade, havendo uma aparente homogeneidade entre elas. Além disso, a organização garante uma ampla difusão do material através de suas filiais e do setor de comunicação.

Em visita ao material lançado pela Economia Solidária, chama-nos a atenção a quantidade de textos de difusão de *ideias políticas, econômicas e filosóficas*. Os textos que chamamos de *difusão de ideias* têm a função de difundir princípios e valores da Economia Solidária, abordando conteúdo sobre o mundo do trabalho. Destacam-se aqui as publicações relatando fóruns, congressos e debates, muitas vezes trazendo as transcrições das falas dos participantes. Pelas bibliografias e citações, verifica-se o estabelecimento de um diálogo de aliança com os socialistas utópicos, alguns marxistas e muitos movimentos atuais de propostas políticas e econômicas alternativas aos padrões vigentes, como a agricultura familiar, o consumo justo, a defesa de território indígena etc.

Desde a origem da OCB, muitas obras já foram publicadas pelo Cooperativismo Oficial. A maioria delas é produzida por um único autor, algumas por vários, mas o caráter de produção coletiva não tem destaque aqui. As publicações tratam dos mais variados temas a respeito do cooperativismo. Na bibliografia, além de muitos livros sobre o cooperativismo, produzidos em diferentes períodos e países, encontram-se também obras das áreas de conhecimento envolvidas na gestão de um empreendimento, como Administração, Economia, Marketing, Direito, Contabilidade etc., ou seja, há um diálogo com teorias da administração de empresas. Entre as obras mais presentes, encontram-se os manuais.

O fato de o discurso do Cooperativismo Oficial manifestar-se frequentemente por meio do gênero manual está em consonância com o estilo *prático e objetivo* e também com a posição de *transmissor do saber*, ambos adotados por esse discurso. Verificam-se diferentes tipos de manual, com a predominância do manual universitário, feito para a comunidade universitária.

Outro fator do funcionamento de cada um dos movimentos que merece destaque é o modo de inserção nas universidades, que ocorre, em ambos os casos, principalmente por meio de projetos de extensão. No caso da Economia Solidária, a maioria dos projetos relaciona-se à extensão universitária voltada para a população de baixa renda, havendo também projetos de pesquisa que visam melhorar as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Diferentemente, o Cooperativismo Oficial penetra nas universidades sobretudo por meio de cursos de MBA (*Master Business Administration*) ou de ensino a distância. Os MBAs apresentam um caráter dinâmico e prático, além disso, dirigem-se aos executivos de cooperativa e às pessoas que atuam no mercado de trabalho, não aos excluídos. Ainda em relação ao dinamismo e à praticidade, agora somados à tecnologia, os cursos virtuais de cooperativismo reforçam a valorização da modernidade, tão recorrente em seu discurso.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo resumido, podemos afirmar a respeito dos discursos do Cooperativismo Oficial e da Economia Solidária que fundam suas diferenças com base nas semelhanças. As divergências devem-se principalmente ao valor descritivo: sucesso econômico para o primeiro, solidariedade para o segundo. Assim, tem-se a constituição de dois estilos discursivos. O Cooperativismo Oficial apresenta um caráter mais objetivo, oficial e busca a eficiência; a Economia Solidária desenvolve um discurso mais utópico e abstrato, focado na mudança de valores. Esses estilos manifestam-se pelo discurso, mas também pelos gêneros escolhidos, pela forma de difusão das obras, pelo modo de organização do movimento, pelos projetos efetivados no poder público e nas universidades. Ou seja, os sistemas de restrições de cada movimento abrangem várias semióticas.

Vale dizer, entretanto, que o que apresentamos neste artigo foram os dois extremos de um *continuum* de significação, o espaço discursivo que envolve a Economia Solidária e o Cooperativismo Oficial. Mas nem sempre os textos encontrados estarão em grau tão *puro*. Observemos o trecho a seguir:

A outra questão é a in experiência gerencial dos trabalhadores, a precariedade da educação, e a pequena margem para cometer erros, que se defrontam os trabalhadores autogestionários. Em geral, o público-alvo da Incubadora, as populações de baixo poder aquisitivo (...). Estes trabalhadores possuem pouca ou nenhuma qualificação gerencial, e aqueles que possuem o papel de direção passam a exercer funções que não faziam no passado. (ITCP-USP, 2001, p. 164).

O que se lê nesse exemplo é um convívio de expressões como *trabalhadores*, *Incubadora* etc., típicas do discurso da Economia Solidária, com outras como *eficiência*, *gestão* etc., frequentes no discurso do Cooperativismo Oficial. Trata-se de um texto da Economia Solidária com forte presença de elementos do discurso do Cooperativismo Oficial, não apenas no vocabulário, mas também no ideal, a aproximação da gestão da cooperativa à de uma empresa. O que estamos querendo mostrar é que o espaço não marca apenas um discurso em cada polo do mesmo eixo de sentido, mas uma relação de interpenetração, na qual haverá distanciamentos e polêmicas, mas também aproximações, alianças, neutralizações etc.

Apresentando o desenvolvimento dos discursos na linha do tempo, observa-se que o movimento de Economia Solidária no Brasil, ao se constituir, nega o paradigma estabelecido, o discurso do Cooperativismo Oficial. Em seguida, com o crescimento da Economia Solidária, o Cooperativismo Oficial passa a buscar aproximação com este. Dessa forma, ES e CO encontram-se um na mira do outro, ou seja, no mesmo eixo de sentido, o que caracteriza um espaço discursivo.

Teoricamente, acredita-se que o diálogo entre a semiótica francesa e a Análise do Discurso mostrou-se frutífero, trazendo contribuições para o desenvolvimento da análise e para a maior compreensão do movimento pró-cooperativismo existente no Brasil.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: *DRLAV*, 26. Paris, Centre de Recherche de l'Université Paris VIII, 1982, p. 91-152.

BAKHTIN, M. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARROS, Diana Luz Pessoa. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

BRAIT, Beth (org.) *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

COURTINE, J.J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en Analyse du Discours à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, Larousse, v. 62, 1981.

DISCINI, Norma. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz. O ethos do enunciador. In: CORTINA, Arnaldo e MARCHEZAN, Renata Coelho (orgs.). *Razões e sensibilidade*. Araraquara, v.1, 2004, p. 117-138.

FONTANILLE, J. *Significação e visualidade: exercícios práticos*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
FONTANILLE, J. *Pratiques Sémiotiques*. Limoges: Pulim, 2008.

FULANETI, Oriana de Nadai. *Entre paradigmas e ameaças: análise dos discursos do Cooperativismo Oficial e da Economia Solidária*. 2005. 261f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo, São Paulo.

GREIMAS, Algirdas J; COURTES, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, s.d.

LANDOWSKI, Eric (2005). *Les interactions risquées*. In: *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 101, 102, 102. Limoges: PULIM.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

Obras Analisadas

ARRUDA, Marcos. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Rio de Janeiro, PACS, 1996.

BARELLI, Walter. A cooperativa é a empresa do futuro. *Revista Cooperativa & Trabalho*. São Paulo: Denacoop, n. 1, p.5, 1996.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. *Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital*. São Paulo: Ocesp/Sescoop, 2001. (Col. Estudo e Pesquisa n. 2)

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *O cooperativismo autêntico e a economia solidária*. São Paulo: CUT/ADS, 2000-2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (Concrab). Sistema cooperativista dos assentados. *Caderno de Cooperação agrícola*. São Paulo: Concrab, n.5,1997.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCP-USP). *Formação em cooperativismo*. São Paulo: ITCP-USP, 2001 (fotocopiado).

KREUTZ, Ineiva Terezinha. *Cooperativismo passo a passo*. Goiânia: OCG, 2000.

PINHO, Diva Benevides. O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro. *Manual de Cooperativismo*. São Paulo: OCB/CNPq, 1982, v.1.

_____. Administração de cooperativas. *Manual de cooperativismo*. São Paulo: OCB/CNPq, 1982a, v. 3.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Curso Básico de cooperativismo*. Brasília: OCB, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Cooperativismo é Economia Social*. Fortalecendo a identidade Cooperativa. Brasília: OCB, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. *Autogestão. A função do cooperado*. Curitiba: Ocepar, 1992.

PANZUTTI, Ralph et.al (Orgs.) *Cooperativismo: uma empresa participativa*. São Paulo, Ocesp/Sescoop, 2000. (Col. Estudo e Pesquisa n.2).

PANZUTTI, Ralph (Org.) *Educação cooperativista*. São Paulo: Ocesp/Sescoop, 2001. (Col. Estudo e Pesquisa n. 3).

SINGER, Paul. Cooperativas são empresas socialistas. In: *Revista Unitrabalho Informa* nº10. São Paulo: Unitrabalho, 2000, p. 11.

_____, DE SOUZA, André Ricardo (Orgs). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000a.

VEIGA, Sandra Mayrink. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro, DP&A: Fase, 2001.